

E ALVES CHEGOU AOS US\$ 32 MI

Deputado movimentou essa soma de 1989 até hoje, segundo subcomissão.

A subcomissão de bancos da CPI do Orçamento descobriu ontem, ao concluir o primeiro relatório parcial sobre a movimentação financeira dos acusados de envolvimento no esquema de manipulação de verbas públicas, que só o deputado João Alves (PPR-BA) movimentou US\$ 32 milhões de 1989 até hoje. Segundo informações de um parlamentar da subcomissão, os resultados obtidos até agora nas investigações incriminam os envolvidos no escândalo do Orçamento.

A subcomissão rastreou 20 mil lançamentos bancários dos 27 acusados de envolvimento no esquema. O relatório, produzido com a ajuda do Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), vai ser entregue hoje ao presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), e ao relator-geral, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE).

Os integrantes da subcomissão preparam, agora, os dados sobre os sete parlamentares que vão de-

por na CPI — Manoel Moreira (PMDB-SP), José Geraldo (PMDB-MG), José Carlos Vasconcelos (PRN-PE), Genebaldo Correia (PMDB-BA), Sérgio Guerra (PSB-PE), Fábio Raunheitti (PTB-RJ) e Feres Nader (PTB-RJ).

“Perto desta turma do orçamento, o PC Farias é sardinha”, afirmou o senador Ney Maranhão (PRN-PE), da subcomissão de bancos. Segundo o senador, que pertencia à “tropa de choque” do ex-presidente Fernando Collor, “PC tinha a vantagem de tirar dinheiro dos poderosos, como Antônio Ermírio de Moraes”.

Quando a subcomissão de



Arquivo/AE

Alves: chefe do esquema.

emendas orçamentárias da CPI concluir, na próxima semana, um relatório preliminar, novos parlamentares podem ser incriminados no esquema de desvio de verbas públicas no Orçamento de 92. A subcomissão listou todos os deputados e senadores que apresentaram emendas com valores

superiores a US\$ 200 mil e descobriram indícios de irregularidades, que estão sendo checadas com a ajuda da Receita Federal e da Polícia Federal. Segundo o deputado Maurício Najar (PPR-SP), os membros da subcomissão decidiram manter em sigilo os nomes dos parlamentares colocados sob suspeita. “Entendemos que seria

suicídio político denunciar publicamente um colega e mais tarde vermos que ele não teve culpa”.

Os parlamentares levantaram os nomes dos colegas sob suspeita, a destinação dos recursos e se a verba foi efetivamente liberada, porque o Orçamento foi contingenciado pelo governo Collor. “Descobrimos que muitas obras ainda nem começaram, apesar de o dinheiro ter sido liberado há mais de um ano”, disse Najar. “Em outros casos, a obra já estava pronta e novas parcelas de recursos continuaram saindo com a mesma destinação.”

A subcomissão solicitou que a Polícia Federal faça vistoria nos locais onde as obras deveriam ser realizadas. A Receita Federal ficou encarregada de investigar a contabilidade e as declarações de renda das empreiteiras contratadas para a execução do serviço para verificar se há a existência de “caixa 2” para o pagamento de propinas.